

A ontologia sem-um de Lacan segundo A. Badiou  
**Lacan's not-one ontology according to A. Badiou.**

RICARDO CUASNICÚ

**RESUMO:**

O que vou apresentar é parte de um trabalho de investigação da obra de Alain Badiou sobre a ontologia enquanto matemática a partir dos desenvolvimentos da teoria de conjuntos. Minha intenção é lançar um pouco de luz sobre a conhecida afirmação de que a matemática é a ciência do real e sobre a noção de matema na obra de Lacan.

**PALAVRAS-CHAVE:** ontologia – um – matemática – real – platonismo

**ABSTRACT:**

This essay is part of Alain Badiou's research on ontology in its mathematical side, taking into account the developments of set theory; in an attempt to shed some light on the assertion that mathematics is the science of "real" and about the notion of "matheme" in Lacan's work.

**KEY WORDS:** ontology – one – mathematics – real – platonism

Antigos problemas filosóficos vêm se revelando sob nova perspectiva e coloco, por exemplo, a pergunta fundamental da metafísica pelo ser do real, que a física quântica reformula hoje, poderíamos dizer, com literalidade matemática. A obra de Badiou é muito complexa, portanto, me proponho apenas a comentar algo sobre a sua ideia de ontologia e delimitar um pouco o significado do platonismo na matemática e no pensamento de Lacan. Essas são as questões centrais sobre as quais trabalho.

Sabemos que a questão do ser é a velha pergunta metafísica pelo que faz ser o que é, que pergunta pela determinação da presença que se faz patente na unidade e por ela, pelo ser do ente em geral. Essa determinação do aparecer do ser como entidade, no sentido de unidade, é para Heidegger o traço distintivo da metafísica, concebida por ele como história do esquecimento do ser.

Para ele, essa guinada opera no recurso platônico de colocar o verdadeiro sob o domínio da Ideia – do Princípio. Como se a filosofia, logo após o seu nascimento, tivesse esquecido a multiplicidade da *physis* pré-socrática e, desde então, o Ser tivesse sido progressivamente empobrecido de seu conteúdo real e demonstrativo, ao custo de transpor e transferir sua realidade como ato ao mundo das

ideias, ao intangível, como se este fosse o substrato do seu verdadeiro fundamento. Assim foi concretizado o esquecimento do ser.

Tudo isso o leva a fazer o recorte da ideia como singularidade de algo pensável, ou seja, a destacar a unidade como o pensável do ser. Qual seja: ao recortar a presença como unidade, estabelece que o/todo ente é ao mesmo tempo um, e que, portanto o um tem predomínio sobre o movimento inaugural do ser múltiplo. Vou retomar em breve essa questão do ser.

Isso pode ser expresso de outra forma, dizendo que a representação predomina sobre a apresentação. Ou que o significado predomina sobre o significante, já que o significado é uma forma da representação, do um. A verdade será, então, fixação, detenção, na determinação que submete o ser do ente ao recurso de um cálculo, ou seja, ao contar-como-um. Quero dizer que a verdade é uma operação e que um já é um resultado. Eles se atravessam, diria Hegel. Dito de forma metafísica e sintética, aquilo pelo qual “o que é” é o que é, é também aquilo “pelo quê é um”. Voltarei para esclarecer isso.

Agora vou tratar da questão do ser tal como é necessário pensá-la atualmente: não há dúvida de que essa questão hoje envolve alcançar a natureza do real enquanto matematicamente formalizável. A velha questão hoje envolve ressignificar o papel preponderante que o formal cumpre nas três ciências fundamentais: a lógica, as matemáticas e a física.

Creio que, apesar da hiperespecialização em que todas as ciências entraram, ao mesmo tempo tem-se acentuado uma tendência irresistível à unidade total em relação aos axiomas fundamentais. Isso parece se refletir em alguns dos trabalhos mais recentes da física quântica que, embora confluem para a unificação total da ciência, incorrem numa espécie de movimento de contrabalanceamento, em que o próprio caráter do que é conhecido pela teoria quântica não chega a ser totalmente compreendido, pois altera o caráter do próprio saber.

Noutras palavras, em poucas gerações passamos da *physis* grega, onde as ciências seriam divididas em parcelas ou campos de saber, para a infinitude atual do cálculo lógico-matemático e para a renascida cosmologia, que apesar do enorme desenvolvimento científico-técnico, ainda não tem respostas para as perguntas mais importantes.

Ainda desconhecemos o verdadeiro tamanho do universo, nem sequer sabemos se é infinito ou não. Tampouco conhecemos sua topologia, ou seja, se o espaço se fecha sobre si mesmo. Desconhecemos a causa da expansão ou se ela criou uma pluralidade de universos paralelos afastados do nosso, como sugerem as teorias inflacionárias. E não está claro por que o universo prefere a matéria à antimatéria.

Voltando ao fio do que eu vinha dizendo, cabe acrescentar que, assim como a irrupção do formal a partir do século XVII foi um “acontecimento” imprevisível, o mesmo aconteceu com as três ciências profundamente ligadas: a lógica, as matemáticas e a física mudaram ao mesmo tempo e sem obedecer

a uma mesma causa. Todas passaram do visual, do representativo e do objetivo para o formal, o abstrato; embora a lógica sempre tenha sido, mesmo sem ser completamente honesta nisso, por muitos séculos.

Mas apenas há um século a matemática descobriu que não trabalha com objetos ou quantidades, e sim com relações puras, independentes de todo o conteúdo, de modo que não tem mais nenhum contato com a realidade – num sentido ingênuo.

E quanto à física, à medida que penetrava na natureza do espaço, do tempo e da matéria, descobria que os únicos conceitos fixos sobre os quais podia se apoiar não eram mais “visíveis, nem mesmo dizíveis”; na verdade, possuíam uma natureza quase puramente matemática. Entendo por matemática aquela *mathesis universalis*, que é a revelação de uma ordem finita e exaustiva que apresenta as relações entre as palavras e as coisas.

Pergunto como essa mudança, essa mutação, afetará nossa forma de pensar, visto que a própria estrutura do saber mudou desde a refundação da física pela teoria quântica, que se baseia em conceitos que expressam propriedades da matéria apoiando-se em regras matemáticas e, por fim, em meras letras.

Retomando a questão do ser, acrescento que hoje ela gira em torno da lógica matemática e de sua relação com a “realidade” física. Porque se agora, com a quântica, o lógico tem seu fundamento na realidade em si, significa que o ser da matéria é axiomático. Então, se o lógico não tem sua base em nosso espírito – como sempre acreditamos –, mas no real, podemos agora explicar como é que nosso espírito pensa da maneira que pensa?

Parece, de certa forma, que se abre um abismo entre o mundo do pensamento teórico e a realidade física, como se os meios da lógica e das matemáticas, após terem alcançado os mínimos detalhes das aparências dessa realidade física, tivessem estacionado no limiar próprio de sua mesmidade, diria o filósofo.

A teoria quântica se apoia em possibilidades, no acaso. Vemos então que a possibilidade de uma descrição lógica e verdadeira do mundo repousa sobre a ideia de probabilidade. Temos então hoje uma descrição do possível que se opõe à ideia da realidade, pois a nota essencial da realidade é precisamente a de ser uma, a de sua unicidade. E a probabilidade nos fala de uma multiplicidade.

A situação da época pode ser descrita como se tivessem sido atingidos os limites do “projeto cartesiano”, ou seja, a explicação teórica do mundo pela lógica e a matemática. Em outras palavras, e para concluir essa retrospectiva da ciência, é como se após abarcar o cosmo no logos nos deparássemos com as fronteiras finais do pensamento. E aqui estamos.

Tendo dito isso a respeito da reformulação contemporânea da questão do ser, quero voltar à introdução, quando me referi à primazia do um sobre o ser, para acrescentar que, a partir da

formulação platônica e em sua consequência, a norma do pensável será a unificação do ente singular sob a potência do um e essa norma marcará o surgimento do múltiplo do ser. Voltarei a isso.

Assim, o caráter peculiar da metafísica ficou estabelecido. O um enquanto unidade unitiva se converteu em normativa para a determinação subsequente do ser do que é.

Podemos então definir a metafísica como faz Leibniz, dizendo: “aquilo que não é UM ser não é um SER”, estabelecendo a reciprocidade entre ser e um. Porém, essa tese ontológica tradicional é o impasse (o indecível) da metafísica, visto que, se dizemos que o um é, teremos que dizer que o múltiplo não é. Se o um é todo e se todo é um, a multiplicidade é aparência vazia.

E se dissermos que o múltiplo é, já que é o múltiplo que se nos apresenta imediatamente, então teremos que negar o um. Mas o problema se complica, porque o múltiplo somente se pode contar por um. É aí que entra Badiou e tenta superar esse mistério aporético, como ele diz, com uma **decisão**: sustentar que **o um não é**.

O que significa dizer que “o um não é”? Significa que existe somente como **operação**. Não há um, o que há é a conta-por-um. O um não é uma apresentação – como é, isto sim, o múltiplo que ele é. O um é apenas um resultado operatório, e o mesmo pode ser dito do todo.

Por que insisto em tal ponto desde o início? Por que é precisamente este o ponto de partida da interrogação de Badiou? Será possível separar o um do ser? Sua decisão é sustentar que aquilo que pode ser pensado, afinal, como pertencente ao ser está contido na forma do múltiplo radical, que não se sujeita à potência do um, mas ao múltiplo-sem-um. Essa é sua tese principal e sua ontologia deverá ser, então, a teoria das multiplicidades inconsistentes como tais. Badiou escreve:

Está claro que o múltiplo também se encontra dividido. Pois se diz múltiplo da apresentação retroativamente apreendida como não-uma, na medida em que o ser um é um resultado. A este múltiplo eu chamo de inconsistente. Porém, também se diz múltiplo da composição da conta, ou seja, da operação do múltiplo como “muitos uns”, contados pela própria ação da estrutura da “conta-por-um”. Eu chamo isso de múltiplo consistente. Há uma multiplicidade de inércia, que é a da apresentação, e uma multiplicidade de composição, que é a do número e do efeito de estrutura.<sup>1</sup>

Isso ocorre porque toda multiplicidade admite um operador da conta-por-um que lhe é próprio. Ou seja, é a estrutura que prescreve o regime da conta-por-um. Entretanto, é preciso esclarecer que toda multiplicidade já está estruturada, o que significa apenas que o múltiplo é “legível” retrospectivamente. Em outras palavras, o que a estrutura institui, o que a conta-por-um institui em

---

<sup>1</sup> Badiou, A. (2002). *Breve tratado de ontología transitoria*. Barcelona: Gedisa

uma situação, é a onipertinência do par um/múltiplo para toda multiplicidade. Isso talvez fique mais claro daqui para o final.

O que Badiou nos diz é que, libertos do jugo que a determinação metafísica impõe, existem duas maneiras de pensar sobre o múltiplo:

1. Partindo de uma multiplicidade determinada que nos permite pensar a totalidade de seus elementos como existentes simultaneamente e que funciona como um único objeto, como uma unidade.
2. A outra forma de pensar a multiplicidade não permite esta reunião, pois a hipótese da existência simultânea de todos esses elementos leva a uma contradição, ou seja, que uma multiplicidade absolutamente infinita é inconsistente.

A proposta de Badiou é pensar o inconsistente como SER sem pensá-lo como UM ser, contrariamente à proposição de Leibniz que citei anteriormente. O que ele pretende é revogar esse axioma, introduzindo entre os seres inteiros, unitários, um ser desunido que exige do espaço e do tempo uma nova estética – no sentido de aisthesis –, uma nova intuição.

Badiou ressalta que o múltiplo não pode ser exposto ao pensável como composto de muitos uns. O múltiplo é composto de múltiplos, pois todo múltiplo é um múltiplo de múltiplos e, no final, é múltiplo de nada, não de uns. Na ausência de múltiplos não há nada. Também não há definição do múltiplo porque a definição é a forma linguística de estabelecer a permanência e a preeminência do Um, ou seja, a preeminência da totalidade, do significado ou da representação, sobre a singularidade, o significante ou a apresentação sem-um.

Mas então, se não pode definir seu objeto, o que é que conhece? Se não há definição do conceito, pois significaria recair na unificação, o que é um pensamento como este que não define o que pensa, que não o expõe como seu objeto?

Sem dúvida, é um pensamento axiomático, e isso porque expõe o pensável sem transformá-lo em tema, ou ainda: porque os termos do problema estão inscritos no pensamento sem um referente. Isso significa que os axiomas são disposições em que o termo está no jogo pautado de suas conexões fundamentais, como em um matema. A exigência dessa ontologia da evitação do Um consiste em que sua apresentação não se encontra na forma da definição dialética, mas na forma do axioma, o qual prescreve sem nomear.

Para resumir o que expus até aqui, vou ressaltar que a maneira de Badiou de conceber a Filosofia passa por legitimar a ontologia com a matemática:

1. A ontologia é o pensamento da multiplicidade inconsistente, ou seja, reduzida unicamente ao predicado de sua multiplicidade.
2. O múltiplo é sem-um, o que existe é múltiplo de múltiplos.

3. Não existe nenhum princípio original de finitude ou a infinitude é outro nome para o múltiplo, ou há uma infinidade de infinitos.
4. Um múltiplo é da ordem do nada e nada nem mesmo é dotado de um princípio de consistência. Assim como o ser é um conjunto vazio.
5. A apresentação ontológica é necessariamente axiomática.

Uma tese central de Badiou é, então, que a ontologia é a própria matemática. Pode-se dizer que com Cantor e a Teoria de Conjuntos, que refundam a matemática, passamos da ontologia restrita – que liga o múltiplo ao tema metafísico da “representação” dos objetos – à ontologia geral que estabelece a apreensão impossível da multiplicidade como um destino para a matemática, uma vez que deixa de limitar o pensável à dimensão restrita do objeto.

Se a ontologia do real é organizada como uma matemática para contornar a norma do um, será necessário que exista um ponto em que o campo ontológico e, portanto, matemático, perca seu caráter de totalidade ou se verá num beco sem saída. Badiou deu a esse ponto o nome de acontecimento.

Seguindo para o final, gostaria de esclarecer brevemente o que o platonismo significa nas matemáticas, pois isso dará contexto à postura de Lacan. De forma geral, o pensamento platônico é caracterizado como o “daqueles que consideram a matemática a descoberta de verdades que concernem a estruturas que existem independentemente do pensamento dos matemáticos”. No entanto, isso pressupõe uma distinção entre exterior e interior, entre sujeito e objeto, que é estranha ao dispositivo platônico, que se apoia justamente em declarar a identidade imanente, o co-pertencimento entre o conhecido e a alma que conhece, pois possuem uma comensurabilidade ontológica.

Platão está situado em um lugar de pensamento que torna indiscernível a imanência da transcendência. O platonismo considera chamar existente à mesmidade de ser e pensar, na tradição do Poema de Parmênides. Badiou sustenta que o indecível é uma categoria crucial do platonismo, uma vez que precisamente “nunca pode ser predito que a uma fórmula bem definida corresponda uma entidade concebível”, logo o correlato de conceitos e proposições bem definidas pode estar vazio ou ser inconsistente. E acrescenta: “o indecível atesta que um platonista não confia de forma alguma na clareza da língua para decidir uma existência”.

Por último, no que diz respeito à condição matemática moderna e, portanto, à ontologia, há três características que legitimam tipificar um pensamento como sendo de orientação platônica, campo no qual Badiou inclui Lacan:

1. Que a matemática seja considerada como um pensamento, no sentido de que seja indiscernível o descobrir do inventar: o pensamento matemático é axiomático porque toma decisões que inventam ou descobrem existências, e sua inteligibilidade alcança a consistência destas. Então a distinção entre

um sujeito que conhece e um objeto conhecido já não é pertinente.

Quando digo que as matemáticas sejam consideradas um pensamento, não quero dizer que não constituam um saber coerente e racional, mas sim que, enquanto pensamento desvinculado de todo princípio ontológico, não podem aspirar à verdade, pois isso impediria o desenvolvimento real que todo pensamento efetivo requer:

1. Que a matemática, como todo pensamento, implica em tomar decisões (ou seja, axiomas) relacionadas com o indecidível, isto é, à com o não dedutível.
2. Que as questões matemáticas sobre a existência remetam apenas à consistência inteligível do que é concebido; pois ser, pensamento e consistência são uma só e mesma coisa na matemática.

Para a posição platônica a ideia, neste caso o axioma, designa o enodamento da matemática com algo real, e só faz sentido falar de verdades matemáticas em função desse enodamento. Dito de outra forma, matemática é uma gramática da existência possível ou uma ciência do real.

**BIBLIOGRAFIA**

1. Badiou, A. (2002). *Breve tratado de ontología transitoria*. Barcelona: Gedisa

**RICARDO CUASNICÚ**

Filósofo e psicanalista, em vida Membro da Apertura Sociedad Psicoanalítica.

*in memoriam*